

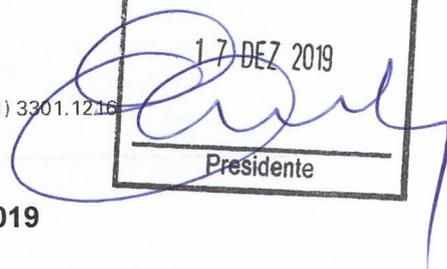
PROVIDENCIADO
 Pelo Ofício 3709
 Em, 19 / 12 / 19



CÂMARA MUNICIPAL DO
RECIFE
CASA DE D. JOSE MARTINS

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista - CEP 50.050-450 | Fone: (81) 3301.1216
 Gabinete do Vereador Ivan Moraes

APROVADO
 17 DEZ 2019

 Presidente

REQUERIMENTO Nº. 7810 /2019

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja reservado o **espaço do Plenarinho** desta casa, para realização de uma Audiência Pública a fim de discutir o **"O Novo Modelo de Financiamento da Atenção Primária em Saúde"**, a ser realizada no **dia 06 de fevereiro de 2020, das 9h às 13h.**

Da aprovação deste requerimento, dê-se ciência aos seguintes interessados:

1. **Sr. Jailson Correia, Secretário de Saúde da Cidade do Recife**, com endereço profissional à Av. Cais do Apolo, nº 925, 11º andar, Bairro do Recife, Recife / PE, CEP: 50030-903, 13º andar.
2. **Sr. Cristiano Nascimento**, Coordenador Geral do Conselho Municipal de Saúde do Recife, Rua dos Palmares, nº 253, Santo Amaro, Recife

JUSTIFICATIVA

Em 12 de novembro de 2019 o Ministério da Saúde publicou em portaria a nova política de financiamento da atenção básica no Brasil. A atual medida, substitui o sistema de pagamento universal por habitante por um sistema subordinado ao cadastramento de usuários ao sistema. Antes os municípios recebiam um piso fixo por habitantes e um variável por metas que deviam cumprir. Este sistema garantia autonomia aos municípios e premiava que perseguia bons resultados.

O sistema proposto prevê a remuneração apenas para cidadãos cadastrados ao sistema. Em tese pode aprimorar as medidas de acompanhamento e torna mais realistas os indicadores de monitoramento. Esse é o argumento principal da campanha publicitária que apresenta o Previne Brasil. Mas os cálculos contrariam o anúncio. A transição pode gerar um desfinanciamento comprometendo ainda mais o orçamento dos municípios e pode comprometer o funcionamento de postos de saúde em todo o Brasil.

De quebra, na mesma medida o MS extinguiu o financiamento dos NASF – Núcleos de Apoio a Saúde da Família, equipe multiprofissional que apoiava as equipes de saúde da família, com psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, e algumas especialidades médicas.

PROVIDENCIADO
 Pelo Ofício 158, 155
 Em, 12 / 02 / 20



CÂMARA MUNICIPAL DO
RECIFE
CASA DO PÓDE-REPRESENTA

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista - CEP 50.050-450 | Fone: (81) 3301.1216
Gabinete do Vereador Ivan Moraes

Extingui também as equipes que prestavam atendimento a população em privação de liberdade (presos e presas) e os recursos para os agentes de endemias.

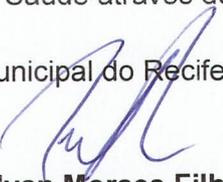
O sistema de remuneração variável, por metas, que complementa o orçamento mínimo por população cadastrada, denuncia os verdadeiros interesses por trás da medida. Ele é idêntico ao utilizado pelos planos de saúde que vêm propondo a reorganização do funcionamento dos planos no Brasil. Esse funcionamento é muito caro porque é de livre acesso aos especialistas, sem limites para exames e procedimentos. A AMIL e a UNIMED já oferece planos populares que oferecem acesso apenas a médicos de família e apenas alguns procedimentos. A estratégia em médio prazo, diante da dificuldade dos municípios em atender às exigências do MS é a contratação de empresas para explorar a atenção básica, abertura criada pela mudança nas leis da terceirização.

Outra crítica que se faz a essa medida é a centralização nos cuidados médicos, e a perda da perspectiva da atuação multiprofissional, e da educação popular. Com a extinção dos NASF, a não obrigatoriedade de equipes com ACS e o fim do recursos para os Agentes de Controle de Endemias.

Sem dúvida, todas essas medidas tiram a atenção básica da agenda pública. Assim como vem acontecendo na educação, onde grupos educacionais multinacionais adquirem escolas privadas, como a Escola Apoio na Zona Norte, prevendo oferecer serviços às secretarias de educação, as medidas são planejadas e defendidas pelas instituições financeiras, por trás de planos de saúde, que pretendem expandir seus negócios assumindo os sistemas públicos em todo mundo.

Sendo fundamental, portanto, que o debate sobre o novo modelo de financiamento da atenção primária seja feito na presente casa legislativa, como foi requerido pelo Conselho Municipal de Saúde através do ofício 71/2019.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 12 de dezembro de 2019



Ivan Moraes Filho
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista - CEP 50.050-450 | Fone: (81) 3301.1216
Gabinete do Vereador Ivan Moraes

MEMO Nº 06 /2020

Recife, 03 de fevereiro de 2020

DE: Vereador Ivan Moraes.

PARA: Eduardo Marques – Presidente da Câmara Municipal do Recife.

ASSUNTO: Cancelamento de Audiência Pública

Senhor Presidente,

Solicitamos o **cancelamento da Audiência Pública "O Novo Modelo de Financiamento da Atenção Primária em Saúde"** aprovada em Plenário no dia 17/12/2019 através do Requerimento Nº 7810/2019, que estava programada para acontecer no dia 06 de fevereiro de 2020, das 09:00hs às 13:00hs, no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife.

O cancelamento da audiência foi requerido pelo segmento interessado.

Certo de contar com sua atenção, agradeço antecipadamente.

Ivan Moraes
Vereador